

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.764 - SP (2019/0352900-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ROSANGELA FERREIRA DE FREITAS
ADVOGADO : ROSANGELA FERREIRA DE FREITAS - SP306958
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS HENRIQUE NOGUEIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MATHEUS HENRIQUE NOGUEIRA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 1502263-49.2018.8.26.0567).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 206/208).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 287/295), em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL - Tráfico de entorpecentes - Autoria e materialidade delitiva comprovadas - pena e regime bem aplicado - recurso da defesa não provido.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/36), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve sentença que incorreu em ilegalidades.

Para tanto, discorre acerca da não aplicação do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, bem como sobre os requisitos necessários para a incidência do benefício.

Além disso, afirma que o estabelecimento do regime inicial fechado não possui lastro em fundamentação idônea, sendo que a hediondez ou a

Superior Tribunal de Justiça

gravidade abstrata do delito não pode ensejar o recrudesimento.

Aponta, outrossim, ser possível a substituição da pena quando atendidos os requisitos previstos no art. 44 do Código Penal.

Por fim, defende ser ilegal a prisão cautelar do paciente.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a revogação da prisão preventiva e o abrandamento do regime prisional.

É o relatório. **Decido.**

De início, verifico que a insurgência relacionada à prisão preventiva do paciente já foi objeto de exame por esta Corte, no julgamento do HC n. 533.215/SP, também impetrado em seu favor, oportunidade em que não foi constatada nenhuma ilegalidade na sua prisão cautelar. Assim, em relação a esse tema, trata-se de mera reiteração de insurgência já trazida ao conhecimento desta Corte, razão pela qual o presente *writ* revela-se incabível, no ponto. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO ANTERIOR. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Não se conhece do recurso ordinário em habeas corpus quando a questão nele levantada já foi analisada em outro mandamus, por caracterizar reiteração de pedido.

2. No caso, deixou-se de analisar o recurso ordinário em habeas corpus, por se tratar de mera reiteração de pedido formulado no RHC n. 58.051/MT.

3. Agravo regimental não conhecido (AgRg no RHC 60.885/MT, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO, Sexta Turma, DJe 15/12/2015).

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. CONDENAÇÃO. INDEFERIMENTO DO RECURSO EM LIBERDADE. PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. QUESTÃO JÁ DEDUZIDA EM PRÉVIO WRIT. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA

Superior Tribunal de Justiça

RAZOABILIDADE. ELEVADA QUANTIDADE DE PENA APLICADA. AUSÊNCIA DE OFENSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA.

1. Tendo a tese da ilegalidade da prisão preventiva sido levantada em prévio recurso ordinário em *habeas corpus* interposto perante esta Corte Superior e, constatando-se que já houve o seu exame, tendo sido improvido, não merece conhecimento o writ nesse ponto, por se tratar de mera reiteração de reclamo anteriormente ajuizado.

[...]

4. *Habeas corpus* parcialmente conhecido, nesta extensão, denegada a ordem (HC 318.357/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 28/5/2015).

No que toca às demais questões, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, pois o estabelecimento do regime prisional mais gravoso, a princípio, possui lastro em fundamentação concreta e idônea.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com parte do próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

